



Erasmus+

INTRODUÇÃO ao debate do seminário de 20 a 21 de novembro de 2015:

“Dramaturgia paisagística e transformação da paisagem; histórias que se entrecruzam”

“O manto paisagístico” (Hägerstrand 2009) pode ser encarado como a dimensão visível do meio envolvente em que nos inserimos (um elo entre recursos naturais ocultos e a atmosfera invisível; configurado por forças naturais e pela história humana). A paisagem é omnipresente; é o meio envolvente que percebemos, com os sentidos, incluindo a sua flora, fauna, artefactos, edifícios ou estradas. Hoje, a maior parte da população humana insere-se em paisagens urbanas. Isso significa – embora seja frequentemente esquecido – que os outros seres humanos também fazem parte do nosso meio envolvente (e que todos nós somos elementos na paisagem percebida pelos outros).

Há não muito tempo, em meados do século XX, a maioria da população sueca vivia em regiões rurais. A vida de agricultor era a norma e “a cidade” era vista por muitos como algo deveras empolgante (e assustador). Existem, contudo, muitas outras narrativas urbanas na história da Europa, diretamente relacionadas com diferentes padrões de produção, de urbanização e de exercício do poder e da guerra. Ainda assim, a dicotomia urbano-rural parece perdurar e com ela a ideia de que a “natureza” é característica das zonas rurais e a “arte” é característica das zonas urbanas. O conceito de “paisagem” remete frequentemente para “zonas rurais” e para a “natureza” e, por via de uma metonímia comum, pode remeter também para “paisagens urbanas”, concetualizadas como as partes da cidade que imitam as zonas rurais, ou seja, árvores, jardins, água, etc. *Neste contexto, porém, iremos considerar que a “paisagem” é o meio envolvente perceptível, independentemente de atuarmos dentro ou fora das fronteiras urbanas (que são, por sinal, frequentemente difusas e, ainda mais frequentemente, concetualizadas em vez de percebidas tal como são).*

É interessante observar que existe, implicitamente, um entendimento mútuo (ou até mesmo uma construção) na interação entre as artes performativas e a arquitetura paisagística. Atuações convencionais de teatro/opera/ballet inseridas numa paisagem e desenvolvidas especificamente para a ocasião. Desta forma, a paisagem pode ser encarada como algo que tomamos como garantido ou algo estático.

Em arquitetura paisagística, por outro lado, a arte e os artificios pretendem criar ou alterar uma paisagem sem habitantes. As pessoas, os atores, neste caso, são subestimados ou tratados como figurantes estáticos. Em ambos os casos, está a reduzir-se uma grande parte das condições necessárias e dos possíveis *co-actantes*¹. A paisagem é sempre um actante (em

1 O conceito de “actante” é frequentemente associado à *teoria do ator-rede* de Bruno Latour, mas a sua origem remonta ao “modelo actancial” de Greimas (1966). O conceito de “actante” é mais abrangente que o

qualquer ação, partindo do princípio de que todas as ações acontecem em algum lugar), no entanto, é muito frequentemente menosprezada e subestimada. Da mesma forma, as pessoas; enquanto cultura, dimensão humana, história e enquanto corpos; são sempre parte integrante (enquanto actantes!) da paisagem, embora frequentemente menosprezadas/subestimadas nos projetos de desenvolvimento urbanístico (planeamento, design, construção e atividades de gestão).

Por mais que este menosprezo tenha influenciado correntes dominantes das artes performativas e da arquitetura paisagística, existem exemplos próximos de divergências como, por exemplo, performances concebidas para espaços específicos ou projetos de planeamento participativo.

Neste projeto, contudo, focamo-nos apenas parcialmente no estudo de performances e de planeamento de projetos, enfatizando mais os conhecimentos gerais e o processo de *aprender-fazendo-em-conjunto* com o objetivo de convergir duas *relações-performance-paisagem* muito distintas.

Neste seminário, pretendemos aprofundar e debater formas de interpretar um conceito como o de “dramaturgia paisagística”. Para o fazermos, poderíamos basear-nos em qualquer paisagem, mas, curiosamente, tenho experiências muito recentes (e imagens também) de Veneza. Talvez não seja por acaso, já que os italianos são frequentemente descritos como uma sociedade “urbanizada” e “individualizada” desde cedo, (talvez tenhamos herdado dos italianos o conceito arquetípico de “urbano”).



conceito de “ator”, inclui atores individuais, mas também coletivos e objetos. No modelo de Greimas existem três eixos, cada um com dois “polos”, sendo distinguidos 6 tipos de actantes: O **eixo do desejo**: (1) **sujeito** / (2) **objeto**, o **eixo do poder**: (3) **adjuvante**/ (4) **oponente** e o **eixo da transmissão** (segundo Greimas, o eixo do conhecimento): (5) **emissor** / (6) **recetor**. Na interpretação e uso de Latour, no contexto dos sistemas sociotécnicos, o actante pode ser uma organização (por exemplo, um banco) ou um componente físico (espaço, volume, material, etc.).



Podemos observar também a série de três imagens, em baixo. Serão “três imagens da mesma paisagem, com algumas pessoas captadas em diferentes fases de deslocação” ou serão “três imagens de paisagens urbanas diferentes, com algumas características básicas em comum”? Na primeira sugestão, faz-se a divisão entre as pessoas e o seu meio envolvente. Na segunda sugestão, a paisagem é encarada como um todo, que contém partes móveis (as pessoas, a água, etc.) e partes imóveis (tal como os percecionamos). Existe ainda uma terceira possibilidade; podemos focar-nos apenas nas pessoas e nas suas direções e movimentos.

O problema (ou a dificuldade em compreendermos o nosso meio envolvente) torna-se evidente se pensarmos ainda mais além, nos *não-humanos* em movimento, ou seja, os animais. Mesmo nesse caso, manter-se-ia a dicotomia humano-meio ambiente; já que os animais selvagens são considerados “paisagem” (na cidade são, maioritariamente, pássaros e insetos, além da miríade de mamíferos invisíveis como, por exemplo, ratos), mas os animais domésticos não, uma vez que não circulam livremente. (Os animais domésticos são percecionados como uma espécie de prótese dos seus donos humanos)²

Não podemos, de modo algum, afirmar que uma forma de olhar é a “correta” e a outra é “incorreta”. Funciona mais como uma espécie de ilusão ótica de “faces ocultas”; num momento vemos uma coisa e no momento seguinte já estamos a ver outra. O importante aqui é perguntarmo-nos se as diferentes formas de “olhar” nos permitem entender as diferentes abordagens neste “projeto de pontos de encontro”, bem como exemplificar a influência dos diferentes “hábitos da mente”, que dirigem instantaneamente a nossa atenção, não para os nossos objetivos comuns, mas antes para as nossas linhas de pensamento muito distintas e treinadas por repetição.

A ideia de *atuar-em-conjunto-na-paisagem* está estreitamente ligada ao envolvimento com o presente, com o “aqui” e o “agora” (que é, obviamente, uma propriedade comum) enquanto forma de transpor as fronteiras impostas pelas nossas heranças profissionais ou de formação.

Esta acabou por ser uma introdução muito alargada da ideia de “paisagem enquanto elemento

² Os gatos são particularmente interessantes nesta perspetiva já que são entidades simultaneamente selvagens e domésticas (ver Hillier 2015)

de dramaturgia”. As minhas reflexões e pensamentos sobre algumas das atividades comuns “do ponto de encontro” levaram-me a concluir que - sim - a paisagem é, de diversas formas, um actante numa performance; uma “base” para os movimentos (podendo atuar como suporte ou como inibidor³ e, por conseguinte, influenciar os movimentos e as direções da “performance”). Em comparação com as nossas experiências no meio ambiente, em geral, a relação com a paisagem acontece de forma muito inconsciente, no entanto – quando percebida – pode ser usada para determinar a direção do evento.

Se isso descrevesse a relação física entre os elementos imóveis e os elementos móveis (actantes), existiriam outras formas de entender a paisagem enquanto dramaturgia, por exemplo, encarando a performance como parte da história da paisagem; tecendo comentários sobre o que aconteceu ou intervindo naquilo que está para acontecer!

Estes brevíssimos exemplos de *performance-paisagem-interação* servirão como base para o nosso debate, onde iremos explorar, aprofundar e levar as nossas experiências destas interações a outros níveis, tomando como base tanto as nossas experiências comuns como as nossas experiências profissionais e académicas (pessoais). O truque é não ficarmos “presos” aos nossos hábitos da mente, mas antes desfazermos-nos deles – partilhando ideias gerais ou específicas de eventos, baseadas em heranças ou inventadas no momento, baseadas em teorias ou simplesmente intuitivas!

Gostaria de apresentar ainda outra ideia, para alicerçar o debate deste seminário não apenas na performance (intervenções em paisagens) mas também no processo permanente e contínuo de desenvolvimento urbano, que a um nível superficial é muito racional, regulamentado por leis, por processos pré-estabelecidos, por direitos de propriedade e por hábitos sociais (muito semelhantes em todo o mundo ocidental, embora demarcados por cada legislação nacional em matéria de planeamento, construção e propriedade).

Este tipo de “racionalidade” acarreta tanto injustiças como efeitos colaterais, em parte devido às ideias fixas em torno da relação entre as pessoas e a paisagem (o significado do conceito de “paisagem” no vocabulário do planeamento urbano oscila entre a ideia de “território” (a divisão entre propriedades privadas e espaços públicos), a ideia de “cenário” (geralmente idealizado como “a imagem de Estocolmo”) e a ideia de “vivência do meio ambiente” (que na maioria das vezes não é tido em conta).

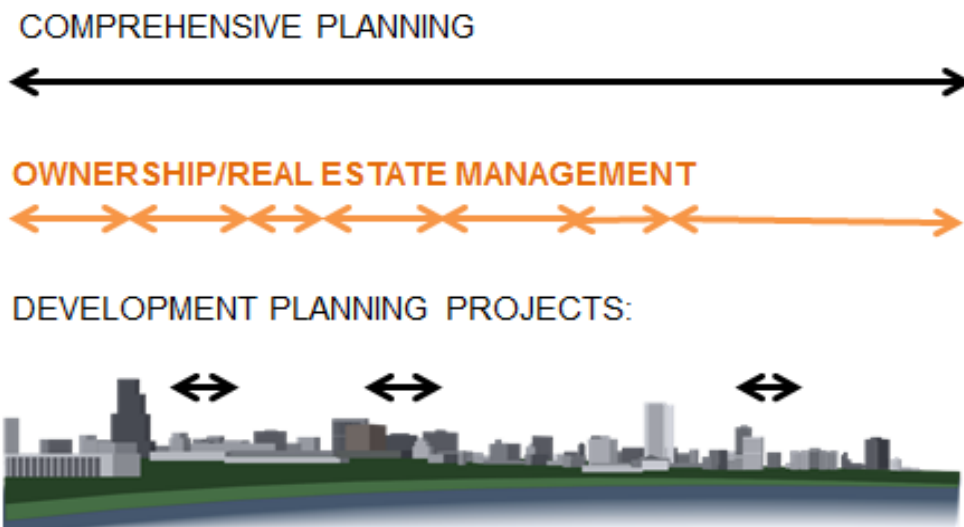
O poder da alteração da paisagem urbana pode descrever-se conforme ilustrado no gráfico abaixo (tendo a Suécia como referência, embora as circunstâncias sejam semelhantes em toda a Europa). Regra geral, os municípios têm a função de elaborar um planeamento abrangente (mapear o estado atual da utilização do terreno e identificar ajustes, reestruturações e desenvolvimentos futuros), mas não a de tomar decisões vinculativas quanto ao que deve ser edificado, implantado ou construído (ou seja, os municípios possuem uma certa perspectiva global e superficial, mas não são responsáveis pelas ações).

As decisões vinculativas quanto à alteração da paisagem urbana (como, por exemplo, licenças de construção) estão relacionadas com um “plano de desenvolvimento” (aplicável a uma área bastante reduzida e com um conhecimento muito insuficiente das consequências fora das fronteiras do plano em questão).

³ O sociólogo norueguês Dag Österberg descreve como se pode caracterizar uma experiência numa paisagem urbana em termos de “cargas e descargas” que o ambiente “permite” ou “exige”.

Os planos de desenvolvimento são documentos jurídicos isolados, sem qualquer relação entre si. Além disso, conforme ilustrado no nível intermédio do gráfico, existe ainda a influência dos conhecimentos e decisões dos proprietários de terrenos. Qualquer metro quadrado de uma paisagem urbana é propriedade de alguém. Geralmente, os municípios são proprietários de uma grande porção do território urbano, embora esta não seja a regra e todos os casos. Os fatores históricos e políticos que condicionam a quantidade de proprietários entre os quais se divide o território de uma cidade também diferem de contexto para contexto.

Em teoria, o conjunto dos “donos das propriedades” possui uma visão global da paisagem urbana. No entanto, isso é irrelevante em termos práticos, a menos que estes potenciais atores decidam atuar em conjunto (e é mais frequente os seus interesses serem contraditórios do que o contrário). Em última análise, podemos concluir que não existe um único ator responsável pela visão global da paisagem urbana. Em vez disso, existe uma espécie de “tirania das pequenas decisões”⁴. Nesta conjuntura (algo deprimente) podemos encarar a ausência de uma visão global da paisagem, apesar de tudo, como uma vantagem: uma espécie de espaço recreativo onde podemos atuar criativamente. E talvez também seja possível considerarmos as atividades deste projeto (e as de muitos outros projetos em curso, mais ou menos *não controlados!*) como “as bênçãos das pequenas decisões” – ou pelo menos, este é um objetivo possível!



TRANSLATION OF TEXT IN IMAGE:
 COMPREHENSIVE PLANNING > PLANEAMENTO ABRANGENTE
 OWNERSHIP / REAL ESTATE MANAGEMENT > PROPRIEDADE / GESTÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO
 DEVELOPMENT PLANNING PROJECTS > PROJETOS DE PLANEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

⁴ Esta expressão é utilizada sobretudo na literatura das ciências ambientais para descrever o efeito cumulativo das ações individuais de múltiplos agentes (tendo cada uma delas pouco impacto).

Este gráfico pretende ilustrar a extensão da responsabilidade, assim como os limites de perspectiva, das instituições públicas de planeamento e gestão e dos proprietários particulares de terrenos (Lindholm 2016).

Bibliografia:

- Greimas, A. J. (1984/1966) *Structural semantics: an attempt at a method*. (traduzido por McDowell, Schleifer & Veile). University of Nebraska Press.
- Hillier, J. (2015) If Shroedinger's cat meows, will anyone hear? *Planning Theory*, Vol 14 (4), 425-443
- Lindholm, G. (2016) The Urban Landscape as a Complex of Localizations: a hypothetical comparison between regulated/ approved urban landscape development and actual, continuous landscape change. *Forthcoming article for Planning Theory*.
- Olwig, K. R. (2008) Has 'Geography' Always Been Modern? *Choros, (Non)Representation, Performance, and the Landscape. Environment and Planning A*, Vol 40 (8), 1843-1861